

Escola Rural D. Pedro II: introdução de técnicas e conhecimentos modernos no ensino agrícola na Província do Pará (1860 a 1864).

JOSÉ ARIMATÉA GOUVEIA DOS SANTOS¹

Introdução

Na Província do Pará, durante o Império, foi criada a Escola Rural Dom Pedro II, em 1860. O nome da escola foi atribuído ao próprio governante do Império que era considerado um estimulador do processo civilizatório que o país necessitaria para construção de uma nação que desejava alcançar o “progresso”. “Após sua inauguração, em 1862, fecha depois de dois anos e meio de atividade” (SANTOS, 2013:8). Seu pequeno tempo de vida deixa registrada a inauguração (escolarização) do ensino agrícola na Província do Pará (Souza, 1994). O objetivo desta pesquisa é analisar o papel da Escola Rural D. Pedro II na difusão de técnicas modernas e de conhecimentos relacionados com as ciências naturais.

No contexto nacional, o ensino agrícola teve seu início, (antes da formação de escolas agrícolas) no período colonial exercido por iniciativa religiosa, principalmente pela ordem jesuítica e financiada inicialmente pelo Estado. Este tipo de ensino atendia uma necessidade pragmática de produção para manutenção dos colégios jesuítas. Dessa forma, os educandos que na sua maioria eram índios e incluía filhos de colonos, “criavam gado e cultivavam gêneros alimentícios” e suas práticas agrícolas eram baseadas na experiência e na tradição (SÁ, 2009:2).

A Companhia de Jesus perdeu seu domínio na educação brasileira com as reformas pombalinas fundamentadas no iluminismo que provocou sua expulsão em 1759. A saída dos Jesuítas acarretou a desorganização do sistema educacional existente, por certo tempo, e nessa situação o “Estado foi obrigado a montar outro aparato escolar” (MANFREDI, 2002:75). Todavia, emerge um ensino laico, “não mais aquele financiado pelo Estado que formava o indivíduo para a igreja, e sim o financiado pelo e para o Estado” (RIBEIRO, 2000:33). Nesse contexto ocorreu a valorização das ciências naturais nos processos produtivos.

¹ Professor de biologia e ciências da Secretaria Executiva de educação do estado do Pará e Mestre do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas pela Universidade Federal do Pará.

No campo científico, Portugal incentivou na Metrópole e no Brasil estudos práticos sob as lentes dos “princípios fisiocráticos, que postulavam as relações entre riqueza e agricultura” (BERING, 2008:24). Muitos brasileiros que foram estudar na Europa influenciados pela filosofia moderna retornaram formados em Ciências Naturais e Matemática. Esse intercâmbio influenciou pensadores brasileiros que entre seus discursos estavam a modernização das técnicas e produtos agrícola.

Somado a isso, a presença da Família real portuguesa no Brasil, em 1808, contribuiu para reorganização administrativa no país ao passar ser sede da Coroa. Assim, Ministérios e Instituições² ligadas ao campo intelectual foram criadas, as Ciências Naturais, por sua vez, sofreu um expressivo avanço na institucionalização³. A criação dessas instituições tinha a intenção de representar o aparato estatal nos moldes europeus e na perspectiva de levar o país ao progresso.

Particularmente voltado para o setor agrícola, foi criada Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)⁴ que teve destaque na defesa da aplicação das ciências na agricultura. A divulgação de seu material impresso possibilitou que a agricultura ganhasse “discurso de lócus de saber científico”, pois seu aperfeiçoamento estava condicionado a aplicação de conhecimentos de Ciências Naturais, como: “botânica, meteorologia, mecânica, zoologia, fisiologia vegetal e a química”. (DOMINGUE, 1995: 42).

Paralelo ao processo de institucionalização das Ciências Naturais na agricultura, a economia açucareira sofria perdas na exportação de produtos agrícola oriundas do norte e nordeste do país, pois: “nas primeiras décadas do século tinha dominado a pauta das exportações brasileiras, há algum tempo vinha perdendo o seu mercado em favor do açúcar antilhano dominado pelos ingleses” (DOMINGUES, 1995:65). Esses fatos demonstraram uma nova⁵ configuração das relações de intercâmbio entre nações no ocidente que se estabelecia ao longo do século XIX. Nessa nova ordem econômica,

2 A criação da imprensa Regia a circulação do primeiro jornal (1808), a da Biblioteca Pública (1810), a primeira revista (1812), segundo Ribeiro (2002, p. 40).

3 Nesse momento ocorreram a criação das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, do Jardim Botânico do Rio (1080) e do Museu Nacional.(1018), curso de agricultura na Bahia (1912) e no Rio (1814), a Academia Real Militar (1810) de acordo com Domingues (1995) Manfred (2002) e Bering (2008).

4 Essa Sociedade promovia ações de distribuição de sementes e divulgação de boletim de instrução agrícola (Domingues, 1995; Bering, 2008).

5 Anteriormente as relações comerciais que eram garantidas na organização Metrópole-colônia foram sendo substituídas por um livre comércio.

produtos de países concorriam entre si, e nesse embate o capital financeiro e o conhecimento (científico) faziam diferenças no resultado final da produção (Domingues, 1995).

No aspecto de técnicas agrícolas, a produção de açúcar no Brasil utilizava desde o período colonial, as mesmas técnicas, “valendo-se somente do clima, solo” e “mão-de-obra escrava”, e diante disso sofria perdas no mercado internacional “frente à produção de outras colônias, por exemplo, as Antilhas, que contaram com investimento holandês e o uso de modernas técnicas agrícolas” (SÁ, 2009:3).

Tentativas de modernizar a agricultura no Brasil por meio do ensino⁶ ocorreram desde 1812, porém a criação de escola veio ocorrer no Brasil-Império, em 1859, no Reinado de Dom Pedro II, quando foi criada uma escola agrícola anexada ao Instituto Baiano de Agricultura (Sá, 2009). No mesmo ano foi criado o Instituto Pernambucano e outros institutos⁷ em diferentes províncias nos anos seguintes.

A criação desses institutos correspondia a exigência de grandes produtores que visavam promover o aumento da produtividade da cana-de-açúcar” (MARQUES, 2006: 236). Nesse momento, na Amazônia, duas escolas foram criadas: a Escola Agrícola do Cutim no Maranhão (1859) e a Escola Rural D. Pedro II no Pará (1860), sendo esta o foco do presente estudo.

Pesquisas sobre escolas agrícolas vêm sendo realizadas por historiadores da ciência e da educação. Domingues na sua tese⁸ tece a relação entre a agricultura e os conhecimentos científicos ao longo do século XIX no país. Já, Rizzini focaliza algumas escolas no Pará, em certo artigo⁹, no sentido de analisar os debates e as práticas de educação para o trabalho de crianças indígenas na década de 1880 e a de 1910. E, Souza na sua dissertação,¹⁰ foi quem se deteve mais sobre escolas agrícolas no Pará, analisando a formação do engenheiro agrônomo no Pará durante o período imperial a república. Seu trabalho se refere a criação da Escola Rural D. Pedro II (1860), porém não analisa a difusão de práticas modernas na agricultura.

6 D. João VI propôs a criação de um Curso de Agricultura na Cidade da Bahia.

7 O Instituto de Agricultura Sergipano, em 1860; o Instituto Fluminense de Agricultura, em 1860; e o Instituto Riograndense de Agricultura, 1861.

8 *Ciência: um Caso de Política - as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil-Império.*

9 *A união da educação com a religião nos institutos indígenas do Pará (1883-1913).*

10 *Ensino agrícola: do instituído aos novos horizontes profissionais.*

No cenário brasileiro na segunda metade do século XIX, onde as ciências naturais se institucionalizavam e ao mesmo tempo que ocorria crise na exportação do açúcar somado ao desejo de governantes na modernização da agricultura, esta pesquisa procura investigar o papel da Escola Rural D. Pedro II, na modernização do ensino agrícola no Pará com a difusão de técnicas modernas e de conhecimentos relacionados as ciências naturais. Os discursos inaugurais da Escola são analisados para entender a relação da criação da Escola com o papel de modernização da agricultura na Província e em seguida os elementos da escola, como ensino, espaço físico e currículo no sentido de mostrarem que mudanças ocorreram no ensino agrícola na Província do Pará com a criação da Escola.

Discursos inaugurais e a criação da Escola Rural D. Pedro II

A Escola Rural D. Pedro II foi criada no governo de Angelo Thomaz Amaral, em 1860, no sentido de melhorar as técnicas aplicadas na agricultura, principalmente da cana-de-açúcar. Assim como, aperfeiçoar as técnicas na produção do açúcar e desenvolver melhorias na criação de gado. Esses propósitos podem ser identificados na seguinte fala do presidente da Província quando se referiu às leis¹¹ que autorizaram a criação da escola:

é dar o ensino agrícola, na medida do possível com circunstâncias da província, de modo a tirar a agricultura da rotina que entorpece, e desenvolver a lavoura da cana-de-açúcar, o fabrico d'este, e a criação de gado, para que é tão própria esta região; procurei atender esses pensamento, criando a escola rural de D. Pedro 2º, que estabeleci na fazenda Pinheiro (AMARAL, 1861:13).

Segundo o presidente da Província do Pará, Angelo T. Amaral, as leis foram elaboradas pelo legislador na intenção de legitimar o ensino voltado para agricultura por meio do Estado. Nesse sentido, a agricultura na Província do Pará que era tratada como atividade desprovida de conhecimento formal, tem seu marco inicial com a criação da Escola Rural. Esse processo de criar escolas para o ensino agrícola no Brasil passou estar presente no Pará. É importante ressaltar no discurso do presidente da província a crença na instrução agrícola por meio da escola para alterar as práticas rotineiras pautadas nas experiências tradicionais.

¹¹ Leis de nº 372 de 18 de outubro e a de nº 379 de 3 de novembro, artigo 31, parágrafos 2º e 6º, ambas de 1860.

Na cerimônia de inauguração da escola, no dia 8 maio de 1861, Angelo T. Amaral fez uma série de discursos de valorização da agricultura como atividade econômica relacionada com o progresso de um país: “Na classificação das indústrias que concorrem para o bem-estar da humanidade o primeiro lugar compete incontestavelmente a agricultura” (AMARAL, 1861:A13-I). Ele enfatizou que o domínio sobre terra era necessário para o amadurecimento da civilização, ou seja, o cultivo ou formação de lavouras eram práticas que precisavam ser difundidas na Província para que a mesma atingisse determinado estágio de civilização, pois: “Aonde não nasce e não amadurece o trigo ou análoga a planta alimentícia, também não nasce e amadurece a civilização, que é uma outra cultura” (Ibid).

Nas palavras desse governante se nota uma valorização da agricultura como signo de desenvolvimento da civilização. A atividade agrícola era valorizada, não só pela sua possível rentabilidade econômica, mas por ser um mecanismo de mudança no modo de vida da população oriunda da Amazônia. O estilo de vida europeia era o modelo¹² a ser seguido, pois através dele formariam sociedades modernas que, fundamentadas na racionalidade, desenvolveriam conhecimentos que explicam e dominam a natureza, e entre esses conhecimentos há os que possibilitam domínio sobre a terra. Conforme essa concepção afirma Angelo T. Amaral na inauguração da escola: “Entre a macha da agricultura e da sociedade dá-se um tão constante acordo, que uma pode servir de contraste à outra, e para avaliar-se o movimento mais ou menos progressivo da civilização de um país, basta saber que mudanças ele opera na cultura” (Idem).

O progresso da civilização de um país, reverenciado por esse presidente da Província, estava de acordo com o domínio que se tenha sobre a agricultura e nas técnicas usadas para boa ceifa de produtos da terra. Assim, a falta ou atraso de atividade agrícola estaria relacionado a um estágio de sociedade “ultrapassada”, em que o homem não domina a natureza, mas interage com ela. Desse modo, o Brasil e, principalmente o Pará na questão do domínio da lavoura, está avaliado por ele em situação rudimentar que anulam a inteligência pela rotina inerte. Nas palavras de Amaral (1861:A13-1):

12 Sobre o assunto ver à obra Nibert Elias *O processo civilizador, volume 1: Uma História dos Costumes*. 1ª edição – Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

“Esse estado agravasse-se na província do Pará pelo concurso de circunstâncias especiais. Os braços quase silvícolas, embora tão vigorosos, á custo dão frouxo e intermitente trabalho”. O discurso sobre agricultura era considerado necessário para Angelo T. Amaral, pois ressoava numa província, onde a grande maioria da população não exercia a prática agrícola, e para alterar esse quadro de modo de vida vinculado à natureza, os discursos sobre agricultura ganharam tom elogiável, importante e necessário. E opostamente, os discursos sobre modo de vida presente nas terras paraenses eram classificados como “primitivos”, “atrasados” e “incultos”. Para agricultura ressoar como importante, na Província do Pará, se tornava necessário desqualificar o estilo de vida observado na província paraense.

O representante do conselho fiscal da Escola José Joaquim de Assis declara que a mudança na postura do homem nativo, da Província do Pará, ocorreria por meio da instrução numa escola agrícola, pois a mesma seria capaz de difundir conhecimentos modernos, gerar práticas racionais no cultivo e adestrar as atitudes do homem local ao trabalho. Desse modo, a existência da escola era um marco inicial na Província para “combater a ignorância” com a instrução agrícola.

A primeira pedra, a pedra fundamental da primeira escola de agricultura da Província do Pará está lançada, e a V. Exc. Cabe exclusivamente a glória da iniciativa da criação deste estabelecimento, que tende a arrancar a agricultura das garras da mais formidável inimigo com que tem lutado – a rotina, filha progênita da ignorância (ASSIS, 1861: A13).

No final do discurso inaugural, Angelo Amaral expressou a importância da Escola Rural, como um majestoso instrumento difusor do progresso para agricultura no Estado, considerando-a como rio “reflitindo em suas águas a imagem do progresso diário da Escola Rural do Pedro II, e a mostre nos lugares, cujas as terras banha, como animador exemplo digno de imitação” (AMARAL, 1861:A13-II).

Os discursos inaugurais feitos principalmente pelo presidente da Província Angelo. T. Amaral engrandeceram a agricultura como indicativo de civilidade de um povo. Assim, o estágio evolutivo de uma nação estava relacionado diretamente ao domínio que apresentava sobre a terra. Dessa forma, povos que extraem alimentos da natureza, ou até mesmo cultivam de forma rudimentar estão em estágio atrasado e diferentes estavam aqueles que têm práticas baseadas em conhecimentos, proporcionando melhores resultados à colheita. A situação da agricultura na Província

do Pará, segundo o governante, se encontrava atrasada, e para mudar essa situação se tornava necessária a introdução de novos conhecimentos. Desse modo, a Escola Rural seria o local e o ensino agrícola o meio para difundir novas técnicas na agricultura. Nesse sentido, ocorre o entrelaçamento dos discursos agricultura, ensino, novos conhecimentos e progresso da civilização proferida por esse governante.

Escola Rural D. Pedro II: propósito e clientela, ensino e espaço físico e currículo

Propósito e clientela

O regulamento da Escola Rural, assinado pelo Presidente da Província Angelo Thomaz de Amaral em 1º de maio de 1861, dava as diretrizes do propósito da Escola, nos seguintes aspectos: nível de ensino ofertado, a clientela a ser atendida, a proposta de ensino e a infraestrutura da Escola e o currículo.

De acordo com esse o regulamento,¹³ a instituição tinha por fim “formar pela prática auxiliada da teoria absolutamente indispensável, trabalhadores, operários, feitores e administradores para os estabelecimentos rurais” (PARÁ, 1861:A11-I). Ainda ressalta que essa mão de obra formada deveria estar voltada, em primeiro lugar, para o cultivo da cana-de-açúcar e fabrico deste e também a criação de gado.

Tais prioridades indicam o propósito do governo em gerar medidas que melhorassem as técnicas de cultivos nos canaviais paraenses, em aperfeiçoar a fabricação do açúcar e propor melhorias na criação cavalariça e, em segundo plano, promover a produção de gêneros alimentícios.

O propósito de preparar mão de obra para cultivo do açúcar estava relacionado com as perdas da exportação desse produto no Norte e Nordeste para países Europeus e da América Central. Na dianteira do processo de aplicação das ciências naturais e uso de tecnologia, esses países produziam o açúcar em menor preço para mercado mundial. No Brasil os fatores mobilizadores da produção açucareira eram a força escrava e a extensão de terras disponíveis para cultivo. Esses fatores não eram mais suficientes

13 Artigo II do capítulo I.

depois das primeiras décadas do século XIX para concorrer com rentáveis produções inglesas e cubanas (Bediaga, 2011)

Sobre a decadência da produção açucareira no Brasil, Bediaga (2011:170) informa que após a “década de 1850, com o crescimento avassalador da produção do açúcar de beterraba europeia e do açúcar de cana cubana, o artigo brasileiro foi sendo paulatinamente excluído do mercado mundial”. Desse modo, escolas agrícolas foram criadas, nesse período, como a Escola Rural D. Pedro II para preparar uma mão de obra com práticas racionais do cultivo e na produção do açúcar e assim fazer frente aos concorrentes internacionais.

Quanto as atividades a serem exercida pela Escola, o regulamento informa que a finalidade da mesma era fazer experimentos agrícolas e estimular a população ao exercício da atividade agrícola com novas técnicas e uso de máquinas, como se pode ver:

experiências e observações sobre a agricultura da província e sobre os meios de melhorá-la e de aproveitar melhor os produtos por ela fornecido (...) propagar essas experiências e observações, os processos agrônômicos e máquinas de reconhecida exequibilidade, inspirando a população, e de preferência principalmente aos órfãos desvalidos e jovens indígenas, a vocação da vida da agricultura (PARÁ, 1861: A13-II).

Assim, a Instituição desempenharia o papel de ensinar, experimentar e despertar a população para processos agrônômicos. Desse modo, Amaral (1861, p. 13) pretendia “inspirar população à vocação para vida da agricultura, coordenar aquelas experiências, observações e notícias que mais lhe possa interessar”. Tal missão demonstrava a clara intenção do governo em imprimir na população o modo de vida civilizada por meio da atividade agrícola.

E essa intenção era identificado na própria clientela voltada para a escola - um pequeno grupo social disponível, já que os negros não poderiam ser alfabetizados ou qualificados, a aristocracia tinha outros propósitos para seus filhos. Restavam “aos órfãos desvalidos e jovens indígenas, a vocação da vida na agricultura” (Idem).

A respectiva clientela correspondia à finalidade da escola quanto à formação de mão de obra para os estabelecimentos rurais. Apesar de vigorar a escravidão no Brasil, nesse período, essa clientela era o grupo social que responderia as vagas abertas pela instituição e que conseqüentemente poderia compor a possível vaga de trabalhadores em estabelecimentos rurais.

Mas, para moldar essa clientela “selvagem” para trabalhador laborioso era utilizado o sistema de internação, no qual o discente era preparado para vida civilizada, com a assimilação de novas técnicas agrícolas por meio da aquisição de valores da civilidade. Sobre essa questão, Rizzini (2006:5323) afirma que nas escolas religiosas agrícolas, o internato atendia a determinadas especificações: aos desvalidos tinha o propósito de controle social e disciplinamento aos filhos dos pobres na cidade; aos jovens indígenas, restringi-los do contato com a sua cultura para dificultar “a construção da identidade tribal e “imprimir uma nova identidade”. Na Escola Rural identifica-se certa similaridade.

Ensino e Espaço físico

A Escola Rural D. Pedro II, nos aspectos pedagógicos, era uma escola elementar voltada para a agricultura e pecuária, com ênfase no ensino mais prático do que teórico, e dentro dessa proposta havia momentos de aula de conferência nos lugares de trabalho e de serão, ensinando a ler dentro do contexto da agricultura. A Escola agrícola, no seu regulamento registra que seu fim era “formar pela prática e auxiliada pela teoria absolutamente indispensável” (PARÁ, 1861:A11-1). Seu ensino, então, era prático e teórico, pois teorizava o que estava sendo praticado na lavoura, campo de gado, horta, jardins, oficinas e fábrica da Instituição.

Esse ensino na Escola possibilitava a participação do aluno nas aulas práticas, pois ele ouvia, via e atuava na aprendizagem nas aulas práticas. Esses procedimentos demonstravam introdução de uma metodologia de ensino diferente no que ocorria na maioria das escolas primárias e secundárias na Província naquele momento, em que predominava aulas teóricas em conformidade as disciplinas humanas, como por exemplo, a arte de falar bem em público, a memorização de eventos históricos, lugares, nomes e datas eram propostas de ensino que favorecia a repetição e ocorria dentro do mesmo espaço (sala) ao longo do ano ou curso.

A Escola Rural, segundo o presidente da Província Angelo T. Amaral, era uma espécie de escola fazenda. Esse modelo de escola foi difundido pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) através do livro *O manual do agricultor* de C. A. Taunay, em 1839. A escola fazenda era um modelo de espaço educativo planejado

para ensino teórico-prático agrícola. Apesar dessa denominação, a Escola Rural D. Pedro II, na Província do Pará não apresentava professores na mesma quantidade e especialidades e o mesmo aparato de infraestrutura, orientado por Taunay, pois a Escola Rural D. Pedro II:

não foi certamente modelada, nem podia sê-lo por nenhum desses grandes institutos agrônômicos que existem nos países de adiantada civilização,” E não tão pouco poderia ser comparado como uma fazenda normal, pois nesses estabelecimentos não problematizam questões, onde “apenas se aplicam os processos e as máquinas que a experiência mais tem recomendado, sem entra-se em nenhuma indagação (AMARAL, 1861:13).

A Escola Rural fora projetada de acordo com as condições locais, pois não estava planejada nos moldes de institutos agrônômicos, entretanto, não deixava de lado a importância teórica que possibilitava a investigação. E, diferente das fazendas comuns que exercem práticas baseadas apenas em experiência tradicionais, sem levar em consideração questionamentos, a escola usaria certa “metodologia” de ensino. Esse modelo sem profundidade científica dos institutos agrônômicos e o pragmatismo das fazendas, de acordo com relatório do presidente da Província estava “na medida compatível com as circunstâncias da província de modo a tirar a agricultura da rotina que a entorpece” (Ibid).

As técnicas modernas a serem difundidas estavam expressas também na estrutura física da Escola Rural D. Pedro II. Os espaços foram projetados para apresentar áreas de cultivo, criação de gado, fábrica e oficinas, sala de exposição e etc. De acordo com regulamento havia: uma pequena fábrica de açúcar; áreas destinadas ao cultivo de culturas para espécies principais e acessórias, hortas, jardins, pomares e prados de experiências; um campo de gado com as raças comuns na região “vacuum e cavallar” e outras aperfeiçoadas, destinados tanto para o uso do estabelecimento quanto para estudo de zootecnia, e fornecimento para criadores interessados; uma escola florestal; oficinas destinadas à lavoura e produção de instrumento e máquinas aratórias mais usuais; uma escola primária para alfabetização; uma biblioteca; um depósito de máquinas e instrumentos aratórios; e uma sala de exposição agrícola (PARÁ, 1861:AII-D).

Havia coerência entre a finalidade da escola e o ensino para formar mão de obra para a agricultura e pecuária, pois a infraestrutura favorecia esse propósito. Os campos de cultivos eram espaços adequados para introdução de técnicas racionais, pois neles

ocorriam experimentos como: seleção de semente, uso de arados no preparo da terra, racionalização espacial do cultivo, observação e constatação da viabilidade de determinada espécie na região. Esse espaço era importante para que as técnicas modernas fossem transmitidas, o que não ocorreria com um ensino teórico e exclusivo em salas de aulas ou normalmente por um ensino agrícola tradicional.

Na pecuária havia espaço destinado para essa atividade, uma área com campo voltado para criação, onde ocorreriam estudos zootécnicos e aperfeiçoamento das raças presentes na região, além de dispor da presença de um veterinário na Instituição. A presença de um espaço para atividades e ensino prático de zootecnia era um aspecto diferenciador oferecido pela Escola para que as técnicas modernas pudessem ser transmitidas aos seus alunos.

Espaços voltados para outros setores também estavam presentes, como: uma escola florestal voltada para o conhecimento de árvores e suas diversas utilidades; oficinas e depósitos de instrumentos e máquinas aratórias para uso e produção de equipamentos para agricultura; uma sala de exposição agrícola para espaço de propaganda de produtos e maquinários produzidos pela escola a fim de “atrair a população para atividade agrícola” (AMARAL, 1861:13); uma escola de instrução primária para aquisição dos conhecimentos iniciais sobre agricultura com um espaço para utilização de materiais para aprendizagem - uma biblioteca.

A envergadura da escola demonstra um investimento do governo em criar uma instituição de ensino que atuasse também na experimentação e propaganda da atividade agrícola, e assim tentar reanimar agricultura e a pecuária. A infraestrutura era condizente ao ensino que a escola propôs a fazer: prático e teórico.

A Escola Rural D. Pedro II, no aspecto pedagógico, ao propor ensino teórico (instrução) e prático no mesmo espaço (escola) se difere de outros locais na formação de mão de obra existente no Brasil-Império, como as casas de educandos artífices. Nesses espaços ocorria o ensino pela prática caracterizado no acompanhamento do aprendiz ao mestre na aquisição da habilidade necessária ao exercício de determinado ofício (GAMA, 1994). Diferente também das escolas primárias e secundárias, não apresentava o ensino predominantemente literário. Essa Escola Agrícola por meio de seu ensino exerceu uma espécie de convergência do ensino prático que ocorria em casas de educandos artífices com o ensino teórico das escolas da Instrução Pública. Isto era aspecto da

modernidade que se introduzia no ensino agrícola do Pará, por considerar que a Ciência é prática e a mesma interfere na natureza, não apenas observando, mas interagindo, manipulando os objetos de interesse. E desse modo, introduzindo ensino de técnicas racionais no cultivo e manejo de animais.

Currículo

Ao considerar o currículo, neste estudo, pretendem-se investigar a presença de disciplinas das ciências naturais ou relacionadas a elas, pois o currículo corresponde um grupo de disciplinas que foram selecionadas para formar determinado tipo de indivíduo. Sobre essa questão, Silva (2011:15) afirma que o “currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos” e “saberes que foram selecionados para constituir, precisamente, o currículo”.

Diante dessa compreensão, ao investigar o currículo da Escola Rural D. Pedro II, tem-se o objetivo de analisar certas disciplinas que foram selecionadas. Segundo o regulamento da escola o currículo era constituído pelas seguintes disciplinas e conteúdos:

1º A agricultura em geral, e especialmente a cultura da cana de açúcar e fabrico deste; 2º Silvicultura em geral, e especialmente o estudo das árvores de madeiras mais preciosas e úteis á tinturaria, á marcenaria, e da construção civil e naval; dos produtos espontâneos das florestas; 3º A Zootecnia em geral, e especialmente o estudo de espécie bovina cavalariça do país, e dos meios para conservação, melhoramentos e desenvolvimento; 4º Da economia em geral, e especialmente das regras para fundação, organização interior, administração e custeamento dos estabelecidos rurais, e suas relações com mercado (PARÁ, 1861:A11-I).

Ao se investigar as disciplinas Agricultura em Geral, Silvicultura e Zootecnia se tem o interesse de verificar a relação que se tinham com as ciências naturais. A falta de documentos¹⁴ da Escola dificultou essa análise. Mas, ao fazer um estudo comparativo, com outros com outros institutos ligados a agricultura e ensino, criado no mesmo período (1860) da Escola, o Instituto Imperial Fluminense de Agricultura, por meio do estudo de Bediaga (2011) fornece esclarecimento sobre o significado de certas disciplinas e conhecimentos utilizados no ensino agrícola na segunda metade do século XIX.

¹⁴ Tanto no Arquivo Público quanto na Biblioteca Artur Vianna (obras raras da Amazônia) os documentos encontrados sobre a Escola Rural D. Pedro II foram em relatórios de despesas e orçamentos.

Segunda a autora, a disciplina “Agricultura em Geral” estava relacionada com agronomia e correspondia a “arte de cultivar, multiplicar e reproduzir as plantas baseada em técnicas e conhecimentos científicos” (BEDIAGA, 2011:143). A agricultura tinha outros contornos em escolas agrícolas criadas a partir dos anos de 1860, por conter discursos da Ciência rompia com a concepção tradicional de agricultura: “como uma arte essencialmente prática” ou “uma arte puramente mecânica, sem relações com os outros conhecimentos humanos, indigna a todo o ensino científico” (BURLAMARQUI, 1862: 110 apud BEDIAGA, 2011:89). Um dos papéis das escolas agrícolas era vulgarização da ciência na agricultura.

A disciplina Silvicultura tinha por finalidade, o estudo das árvores de madeiras úteis a tinturaria, a marcenaria, a construção e de produtos espontâneos das florestas. O propósito dessa disciplina tem semelhança ao conceito que Bediaga (2011:145) apresentou na sua pesquisa: “cultivo de árvores florestais com finalidade de estudo e exploração”. Essa disciplina na escola rural possibilitava o estudo do cultivo de espécies naturais da Amazônia, região essa, rica em sementes, resinas, madeiras e óleos, por isso a importância de estudos que possibilitassem a exploração de árvores nativas da região de forma racional, pois historicamente os produtos da flora amazônica eram obtidos de forma extrativista¹⁵, como a castanha-do-pará, cacau e o látex da seringueira.

Entre as disciplinas do currículo da escola se percebe que a Agricultura Geral e Silvicultura estavam interligadas às ciências naturais pela botânica, ou seja, foram disciplinas de aplicação da ciência botânica. Não que o conteúdo esteja afirmando, mas que a agricultura era vista no Brasil, na época, por uma perspectiva da botânica, daqueles que desejavam a modernização dessa atividade. Nesse sentido, ensinar agricultura era adotar, de certo modo, práticas que inseriam concepções da botânica, como sistemas de classificação, nome de espécies com linguagem estrangeira, observar de forma detalhada estruturas florais, germinativas e frutíferas. Desse modo, o ensino do conhecimento de Agricultura Geral, pautada na ciência, introduzia novas formas de ver a planta e produzir novas técnicas no cultivo, como a seleção da espécie, adaptação ao clima e ao terreno.

Quanto à presença da Zootecnia Geral no currículo, estava voltada para a

15 Havia interesse em racionalizar a extração de alguns produtos naturais de importância econômica, como, cacau que era um dos principais produtos de exportação. Ver a Dissertação de Sidiana C. F. Macedo *Daquilo que se Come: Uma História do Abastecimento e da Alimentação em Belém (1850-1900)*.

conservação, melhoramento e desenvolvimento de cavalos. Semelhante a esse propósito, Husson (1864:386), no artigo sobre as ciências naturais e suas aplicações e exploração de animais publicado na revista *O Auxiliador* da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a zootecnia é: “uma ciência que tem por objeto o estudo dos princípios que devem guiar o criador na exploração econômica dos animais domésticos e de seus produtos. Essa ciência é um ramo científico dogmático, e ao mesmo tempo uma arte”. Ainda no mesmo artigo, é demonstrada a diversidade da aplicação dessa ciência no manejo de animais domésticos, como: “modificar, criar, ensinar finalmente o modo de escolher, regular sua habitação, sua alimentação, seu cruzamento, sua saúde e seu rendimento, de maneira atirar deles o maior produto possível” (HUSSON, 1864:387)

A nova técnica incluía também a compreensão da ação de algumas doenças que acometia bovinos e principalmente equinos, naquele momento na Província do Pará. Sobre doenças em animais na Província do Pará, o veterinário Adolpho Lutz informa que na Ilha de Marajó ocorreram epidemia e endemias do “mau das cadeiras” em cavalos, provocando a morte de milhares deles na primeira metade do século XIX:

O mau das cadeiras fez sua aparição pela primeira vez no Marajó em 1828, tendo reinado até hoje,[...]. De 1828 até 1836 reinou com tanta intensidade que quase extinguiu o gado cavalariço, tão numeroso anteriormente que Ferreira Penna diz ter existido um milhão de cavalos no fim do século XVIII [...]. Em 1839, a Assembleia Legislativa provincial votou um prêmio de 4 réis pela descoberta de um meio eficaz para extinguir a peste “quebrabunda” (LUTZ, 1908:A-200).

Os problemas que surgiram na atividade pecuária, com prejuízo da criação cavalariço, solicitavam novos conhecimentos que atendessem a expectativa de criadores, pois os conhecimentos tradicionais não correspondiam naquele momento as novas doenças que surgiam. Nesse sentido, a Zootecnia Geral era o conhecimento respaldado pela Ciência em capacitar trabalhadores com técnicas racionais capazes de responder, no manejo de rebanhos, aos males que acometiam a criação cavalariço paraense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Escola nos discursos feitos pelo presidente da Província Angelo Amaral estava inserida na questão de civilizar nativos por meio da atividade agrícola, pois a fixação do homem local estabelecia uma regularidade de trabalho, imprimindo

valores de produção e horário. Civilizar por meio da agricultura em escolas agrícolas no período do Brasil – Império eram estratégias utilizadas por governantes.

Além do aspecto civilizatório, a Escola Rural D. Pedro II introduziu um determinado número de disciplinas técnicas relacionadas com as ciências naturais que, interligadas, formavam um domínio de conhecimentos voltado para a atividade agrícola. A agricultura, de modo geral, era vista apenas como atividade prática, na Escola foram introduzidos conhecimentos no seu exercício, ou seja, naquele momento o que era exercido de forma exclusivamente prático passou ser teorizado, indagado e estudado. Isso foi um aspecto diferencial em relação ao que existia na agricultura tradicional de origem indígena e de herança colonial ensinado geralmente pelos jesuítas¹⁶.

No seu pequeno tempo de existência (1860-1864), também, introduziu técnicas modernas no cultivo e na pecuária por meio dos espaços de ensino presentes na sua infraestrutura. Nos “campos de cultivos” eram possíveis aplicar técnicas racionais por meio de seleção da sementes, preparo da terra com arados e outros equipamentos, observação e constatação da viabilidade de determinada espécie vegetal na região. Na pecuária, a zootecnia era transmitida em campo voltado para manejo e aperfeiçoamento das raças presentes na região. Esses espaços foram importantes para que as técnicas modernas fossem transmitidas, o que não ocorreria com um ensino exclusivo em salas de aulas ou por um ensino agrícola tradicional.

Quanto a composição das disciplinas do currículo não se identificou a presença das disciplinas propriamente ditas das Ciências Naturais, mas disciplinas técnicas relacionadas as ciências. Entre essas disciplinas técnicas havia uma tendência a botânica (Agricultura Geral e Silvicultura). Isso mostra uma particularidade desta escola agrícola em relação a congêneres da época, por exemplo, a escola agrícola criada junto ao Imperial Instituto Baiano de Agricultura, em 1859, apresentava no currículo física e química. Essa singularidade da Província do Pará, na tendência a botânica pode ser explicada tanto pela ausência de profissionais ligada à química e física quanto pela tradição que existia no Pará, desde o século XVIII, com os experimentos de aclimação de espécies vegetais no Jardim São José (1798 – 1873). O surgimento deste Jardim

16 O ensino agrícola era prático e visava à produção para a manutenção dos aldeamentos e dos colégios. Jesuítas. Ver Jean Magno Moura de Sá *O público e o Privado no Ensino Agrícola no Maranhão: do início ao ruralismo pedagógico*.

estava inserido na criação da rede de jardins pelo Brasil, que atendia a estratégia política da Coroa Portuguesa em diversificar a atividade agrícola na colônia americana, com a introdução de novas espécies exóticas ou nativas, assim como gerar novas técnicas rurais.

Vale ainda informar que a Escola Rural D. Pedro II, como espaço educativo e escolar, se diferenciou por adotar outro aspecto da modernidade - associar conhecimento teórico e prático no mesmo espaço de ensino, ou seja, ensinar os conhecimentos dos currículos nas salas de aulas e também nos campos de cultivos e zootécnico. Pois até meados do século XIX havia uma dicotomia do ensino prático e teórico. O primeiro ocorria nas casas de educandos artífices e se caracteriza pela transmissão de conhecimento prático de um mestre (Gama, 1994; Rizzini, 2006). O segundo ocorria na instrução pública (ensino primário e secundário) com aulas predominantemente expositivas, professor, currículo e sistema de instrução. A escola agrícola, como introdutor de modernidade se diferenciava com a cultura clássica trazida pelo colonizador português de “menosprezar o trabalho manual e valoriza apenas o conhecimento literário” ministrado nas escolas primárias e secundárias (SÁ, 2009:1).

Referências:

AMARAL, Ângelo Thomaz do. **Relatório com que o Exm^o Senhor Angelo Thomaz Amaral Presidente da Província do Grão-Pará ao Exm^o Vice-presidente Olyntho José Meira por ocasião de passa-lhe a administração da mesma, 04 de maio de 1861.** Pará: Typ. Santos & Irmãos, 04 de maio de 1861, p. 13-15.

AMARAL, Ângelo Thomaz do. **Discurso proferido pelo Exmo presidente da província do Grão-Pará o Sr Ângelo Thomaz do Amaral, no dia 08 de maio de 1861, na fazenda provincial e Pinheiro por ocasião de instalar a Escola Rural D. Pedro II.** In AMARAL, Ângelo Thomaz do. Relatório com que o Exm^o Senhor Ângelo Thomaz Amaral Presidente da Província do Grão-Pará ao Exm^o Vice-presidente



Olyntho José Meira por ocasião de passa-lhe a administração da mesma, 04 de maio de 1861. Pará: Typ. Santos & Irmãos, 04 de maio de 1861, p. A13-II.

ASSIS, Joaquim José de. **Menção dirigida pelo Sr. Dr. Joaquim José de Assis, membro da comissão fiscal em resposta ao presente discurso S. Exc Presidente da Província.** In AMARAL, Ângelo Thomaz do. Relatório com que o Exm^o Senhor Ângelo Thomaz Amaral Presidente da Província do Grão-Pará ao Exm^o Vice-presidente Olyntho José Meira por ocasião de passa-lhe a administração da mesma, 04 de maio de 1861. Pará: Typ. Santos & Irmãos, 04 de maio de 1861, p. A14-I.

BARROS, Jonatas Barros e. **A Escola Normal Paraense e a Introdução do Ensino de Ciências Naturais no Pará (1870 A 1930).** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação em Ciências e Matemáticas) – Instituto de Educação Matemática e Científica/IEMCI/UFPA, 2010.

BEDIAGA, Begonha E. H. **Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891.** Tese (Doutorado em Ensino e História de ciências da Terra) Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2011.

BERING, Marcos Jugmann. **Positivismo e Modernização: políticas e institutos científicos de agricultura (1909 – 1935).** Dissertação (mestrado Acadêmico em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Rio de Janeiro, 2008.

BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura em 1^o de setembro de 1862.** Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

BURLAMAQUI, Frederico. **Relatório dos trabalhos e deliberações da diretoria do Imperial Instituto, desde julho de 1860 até julho de 1862.** Biblioteca da Firjan, Livro de Atas e Ofícios do IIFA, p.110-112. Citado em BEDIAGA, Begonha E. H. **Marcado**



pela própria natureza: o **Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891**. Tese (Doutorado em Ensino e História de ciências da Terra) Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2011, p. 89.

CAPDEVILLE, Guy. **O Ensino Superior Agrícola no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.72, n.172 (set./dez. 1991), Brasília: p. 229-261.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. **A noção de civilização na visão dos construtores do Império: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1850/60)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Fluminense. Niterói, 1989.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. **Ciência: um Caso de Política. As Relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império**. Tese (Doutorado no Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, 1995.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. **Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: O Liceu Paraense 1840-1889**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GAMA, Rui. História da Técnica no Brasil Colonial. In Vargas Milton (org). **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil**. São Paulo: Unesp, 1994, p. 49-65.

HUSSON, F. **As ciências naturais e aplicações e exploração dos animais**. Revista o Auxiliador da Indústria Nacional, n. 10 (outubro de 1864), p.49.

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=302295&pasta=ano%20185&pesq=zootechnia>. Acessado em 04 de abril de 2013.

LUTZ, Adolpho. **Relatório apresentado pelo Dr. Adolpho Lutz, comissionado pelo governo do Estado para estudar as epizootias do gado cavalari**. In MONTENEGRO,



Augusto. Mensagem dirigida em 07 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Augusto Montenegro do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. A-200.

MAGALHÃES, Couto de. **Relatório dos Negócios da Província. Couto de Magalhães Presidente do Pará. Em 15 de agosto de 1864.** Pará: Typ. Frederico Rhoads, 1864, p. 6 e 8.

MANFREDI, Silva Maria. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUES, Abimael Antunes. O alvorecer do ensino agrícola no Brasil. In: **Instantes & Memórias na História da Educação.** Sá, N. P. Siqueira, E. M & Reis, R. M. Inep/MEC, 2006.

PARÁ. Regulamento da Escola Rural D. Pedro II. In AMARAL, Angelo Thomaz. **Relatório com que o Exmº Senhor Ângelo Thomaz Amaral Presidente da Província do Grão-Pará ao Exmº Vice-presidente Olyntho José Meira por ocasião de passalhe a administração da mesma.** Pará: Typ. Santos & Irmãos, 04 de maio de 1861, p. A11-I a A11-III.

RIBEIRO, Maria L. Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar.** 17ª ed. Ver. Ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001 (Coleção memória da Educação).

RIZZINI, Irma. **O Cidadão Polido e o Selvagem Bruto a Educação dos Meninos Desvalidos na Amazônia imperial.** Tese (Doutorado Acadêmico em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

RIZZINI, Irma. A união da educação com a religião nos institutos indígenas do Pará (1883-1913). In **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: percurso e desafios da pesquisa e do ensino da história da educação.** Minas Gerais – Brasil, 2006. [http. 5323.p://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/principal.htm](http://5323.p://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/principal.htm). Acessado 12 novembro de 2013.



SÁ, Jean Magno Moura de. **O público e o privado no ensino agrícola no maranhão: do início ao ruralismo pedagógico.** VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas. Realizado em 30 de junho a 03 de julho de 2009. Universidade Estadual de Campinas.

SANTOS, Jose A, Gouveia. **O papel das Escolas Agrícolas na introdução da racionalidade científica no Pará (1860-1912).** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação em Ciências e Matemáticas) – Instituto de Educação Matemática e Científica/ IEMCI/UFPA, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do Currículo.** 3ª Ed: Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SILVA JR, Aluísio F **Reflexões sobre as primeiras organizações patronais rurais no estado do Pará.** Revista IDEAS (Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), v. 3, n. 1 (jan./jun. 2009), p. 94-114

SODRÉ, Lauro. **Mensagem dirigida pelo senhor Governador Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará. Em 1º de fevereiro de 1892.** Belém: Typ. Diário Oficial, 1892.

SOUZA, Orlando Nobre Bezerra. **Ensino agrícola: do instituído aos novos horizontes profissionais.** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAE), Universidade Federal do Pará, 1994.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro,** 1839. Reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 200, p. 44-85.